

## ETNOCONSERVAÇÃO COMO PARADIGMA NASCENTE E A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO<sup>1</sup>

Lúcia Cavalieri<sup>2</sup> – Laboratório de Geografia Agrária/USP  
[lulieri@usp.br](mailto:lulieri@usp.br)

Jorge J. Araujo da Silva<sup>3</sup> - FAFIRE/PE  
[jasil1@terra.com.br](mailto:jasil1@terra.com.br)

Há várias escolas de pensamento que surgiram para entender e criar ações visando a proteção da natureza no mundo ocidental contemporâneo. Diversos autores<sup>4</sup> analisam os impactos que a adoção de várias concepções distintas de conservação provocaram no mundo quando foram as bases para a elaboração de políticas públicas ambientais como, por exemplo, a criação de áreas naturais. De interesse primordial à Geografia ressalta-se que cada uma destas concepções nasce de uma leitura da relação sociedade humana/ natureza ao longo da nossa história.

O termo ecologia profunda, *deep ecology*, foi cunhado na década de 70 e teve a intenção de superar a noção clássica de ecologia como ciência propondo a noção de consciência ecológica. Esta concepção é *biocêntrica* ou *ecocêntrica*, pretende ver o mundo em sua totalidade. A vida humana teria para a *deep ecology* tanto valor quanto à vida de outros seres e para que estes continuem existindo – independente do valor utilitário que possam ter para as sociedades – urge uma diminuição no tamanho da população humana. O pilar desta escola é o romantismo e a defesa e adoração do mundo natural; a natureza é sujeito de direito. A maior crítica que se faz à esta concepção é a possibilidade de uma leitura neomalthusiana de uma realidade já muito complexa com um modo de produção de mercadorias centralizado e intenso. Esta escola advoga a criação de áreas protegidas sem a presença de seres humanos. Vários países nortearam suas ações de conservação neste modelo tido como dominante.

Como contraponto aos *biocêntricos*, os *antropocêntricos* acreditam na dicotomia natureza/homem. O ser humano teria posse e controle sobre a natureza; a ciência moderna e a tecnologia seriam instrumentos que viabilizariam a dominação da natureza como reserva de recursos naturais a ser explorada pelo ser humano quando conveniente.

A dicotomia *ecocentrismo/antropocentrismo* não respondeu de forma satisfatória à realidade dos países periféricos com áreas ricas em biodiversidade e com grande diversidade social tais como Indonésia, Brasil, Índia, Congo, México, Austrália. A rica sociodiversidade alia-se nessas regiões à grande biodiversidade, os paradigmas existentes apresentaram-se insuficientes. Não se encontram nesses países, economicamente pobres, uma homogeneidade cultural como apregoada nos países centrais ocidentais com um modo de produção hegemônico que pretende ser universal. A prática de

---

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado como trabalho para a disciplina de pós-graduação “Conservação das florestas tropicais”, ministrado pela professora Sueli Ângelo no ano de 2004 no DG/USP.

<sup>2</sup> Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, doutoranda no programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, doutorando no programa de Geografia Física da Universidade de São Paulo.

<sup>4</sup> A primeira parte deste artigo baseia-se na leitura realizada em “Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos”. Diegues, org. (2000).

uma política única, biocêntrica ou ecocêntrica, foi desastrosa para os países ricos em bio e sociodiversidade.

Antônio Carlos Diegues nos livros “Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos” – e, “Mito Moderno da Natureza Intocada” reconstrói a história da conservação da natureza iluminando estas diversas escolas de pensamento e suas conseqüências sobretudo nos países pobres. O autor aponta as mudanças de atitudes relativas à conservação surgidas quando os paradigmas reinantes tornaram-se obsoletos, sobretudo a *ecologia profunda*. Estas mudanças surgiram tanto nos países do Norte como do Sul.

Entre os movimentos surgidos ainda na década de 60, a *ecologia social* concebeu a degradação ambiental como diretamente ligada à acumulação e ao modo de produção capitalista. Viam os seres humanos, primeiramente, como seres sociais. Criticaram a noção do Estado e propunham uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal de produção.

O *ecossocialismo* e o *ecomarxismo* surgiram como uma crítica interna ao marxismo clássico. Para os *ecomarxistas* a visão de natureza de Marx é tida como estática, pois ele a considera em função da ação transformadora do homem por meio do processo do trabalho. Hoje esta corrente entende que as lutas contra as desigualdades sociais, econômicas e políticas também são ecológicas.

Na década de 80, no Brasil, surgiu um ambientalismo distinto do preservacionista. O *ecologismo social* ou *ambientalismo camponês* mais ligado às questões sociais, segundo Viola<sup>5</sup>, diferencia-se pela luta de alguns grupos para manter o acesso aos recursos naturais de seus territórios. Valoriza o extrativismo e os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas.

Esta corrente surgiu como contraponto às correntes dominantes de então. A crítica que realizaram é que os modelos foram importados pelos países do Sul e transformaram-se em políticas públicas conservadoras e autoritárias; geraram conflitos com as populações locais; aumentaram a dívida pública com processos extorsivos de desapropriação; criaram cargos para um grupo limitado de cientistas e, privilegiaram a noção de natureza selvagem – objeto de apreciação das populações urbanas que em nada criticaram seu próprio modo de vida.

Na Índia surgiu uma elaboração mais incisiva: as populações precisam, criam e recriam a biodiversidade. Como expressão maior deste movimento há os seringueiros no Brasil propondo um novo modelo de área protegida: as Reservas Extrativistas.

Uma das bases deste novo ambientalismo é a compreensão que não se pode entender a natureza de forma separada das sociedades humanas, pois elas a transformam e dela tiram a sobrevivência.

Ainda na seara ambiental Moscovici<sup>6</sup> (1969) propôs em um *novo naturalismo* criticando a oposição entre o *culturalismo* e o *naturalismo*.

No *culturalismo* a concepção de conservação advém das idéias apoiadas na história, na cultura e na sociedade. A natureza é a enfermidade do homem. O homem intelectual domestica a natureza, é superior, está distante de toda natureza. Já para o *naturalismo*, as concepções de conservação pautam-se na aversão pela cultura e pela sociedade como absolutos e pregam a unidade entre a ciência do homem e da natureza; contrapõe-se ao antropocentrismo tipicamente ocidental.

---

<sup>5</sup> In: Viola e Leis (orgs). Ecologia e Política Mundial. Rio de Janeiro: ed. Fase/Vozes/AIRI/PUC-RIO, 1991

<sup>6</sup> Citado por Diegues: 2000/2001.

Para Moscovici o *novo naturalismo* baseia-se em três idéias principais, a saber:

- a) o homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto. A natureza pura, não transformada, é um museu, um artifício. O fundamental não é a natureza em si e sim a relação entre o homem e a natureza.
- b) a natureza é sempre histórica e a nossa história é permeada de natureza. A questão que se coloca é compreensão do estado da natureza conforme a situação histórica.
- c) a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza. A sociedade pertence à natureza, é parte e criação.

“Esse novo naturalismo propõe uma sociedade para a qual a natureza é um lugar onde o homem pode desabrochar, uma realidade aberta que ele pode ajudar a construir. Nessa perspectiva, a sociedade pode descobrir que a natureza não é uma realidade plácida, uniforme, em perfeito equilíbrio. Ao contrário ela é diversidade, criação constante de diversidades, existência complementar de cada força e de cada espécie. A regra é, a divergência e a evolução se fazem sob o signo da divergência.” (Diegues, 2000:24)

Ainda segundo Diegues também é possível encontrar algumas mudanças nas ciências relativas à conservação. Uma delas seria o surgimento da noção de *co-evolução*: a natureza “selvagem” e suas paisagens são vistas como resultado da *co-evolução* entre humanos e a natureza.

A *ecologia da paisagem*, (Lassere, 1997), prega a paisagem como uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas. Proteger uma paisagem não é só proteger as atividades e sim também satisfazer um olhar. Existem vários olhares sobre as paisagens: o olhar das populações urbanas ou as elites, marcado pela noção do estético e do belo; o olhar dos cientistas que vêem nela um conjunto de habitats e o olhar das populações locais, sobretudo rurais, já que a paisagem é o lugar onde vivem, herdado dos antepassados e sujeito à transformações provenientes de fatores naturais, humanos e até sobrenaturais.

A *etnociência*, inserida neste novo enfoque dado pela ciência, utiliza conceitos da lingüística para estudar os saberes das populações humanas sobre os processos naturais, ou seja, investigar o meio ambiente percebido pelo homem.

Outra mudança significativa é o *papel do conhecimento e manejo tradicional na conservação*. Conhecimento tradicional, para Diegues, pode ser definido como o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbana/industrial e transmitido oralmente de geração a geração. Representa uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e que pode, inclusive, ser fundamento para a organização social. A diversidade da vida não é vista como “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia. Esta riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira nomeando-a selvagem e intocada é chamada de etnobiodiversidade pelo autor. O etnomanejo

realizado pelas populações tradicionais gera áreas de alta biodiversidade. Por fim, a *biodiversidade é produto natural e cultural*.

Essa revisão das correntes conservacionistas, a partir de leitura de Diegues, cria o cenário atual no qual a idéia de uma nova corrente, quiçá um novo paradigma, a etnoconservação, pode ser apresentada.

### **Etnoconservação: uma nova conservação**

Ao que nos parece, a conservação dominante tornou-se “conservadora” como fora a “modernização conservadora” em vários países sul-americanos: não alterou nenhuma consciência, aumentou a pobreza, não distribuiu renda, não alterou alicerces do modo de produção capitalista como, por exemplo, a propriedade de terra e a exploração desmedida da natureza como recurso.

Segundo comunicação do professor Geraldo Marques a *etnoconservação* consiste em “ações ou práticas projetadas por povos indígenas ou por integrantes de sociedades de pequena escala para prevenir ou mitigar a depleção de recursos, a extirpação de populações e/ou a degradação de habitats”. Dentre os primeiros trabalhos surgidos valorizando o conhecimento científico que as populações tradicionais produzem salienta-se o do antropólogo Posey que estudando os caiapó e vivendo com eles durante boa parte de sua pesquisa -como faziam os antropólogos de sua época preocupados em realizar uma etnologia pautada numa etnografia cuidadosa - identificou os APETÊ: ilhas de florestas criadas pelos indígenas que estariam produzindo uma rica biodiversidade no cerrado. Um rico diálogo no seio da antropologia nasceu da contestação de Parker, antropólogo, que também estudou os caiapó e fazia uma outra leitura desta produção. Afirmava que os índios não estavam, de forma latente, como apregoado por Posey produzindo a biodiversidade. Posey argumentava que há várias formas de preservar e criar a biodiversidade. O debate entre os dois durou anos. Aliando-se à tese de Posey há estudos que demonstram que algumas áreas de rica biodiversidade estão em áreas que foram cuidadas pelas populações locais ao se relacionarem com o divino. Exemplos: bosques sagrados na Índia, pertencentes a uma divindade desde a época dos textos sagrados e cuidados por sacerdotes; florestas “sobrenaturais” na Costa Rica. No Brasil encontramos na Amazônia e no Nordeste as “terras de santo”, terras que pertencem a divindades.

O conhecimento tradicional realiza-se de várias maneiras como já explicitado. A relação com o divino, as tradições patrimoniais, o uso de enteógenos, a interpretação de sonhos, mitos, a história do grupo, o conhecimento da natureza, a noção de pertencimento, de lugar, a oralidade são inúmeros os constituintes do cabedal de conhecimentos produzidos pelas populações tradicionais.

A *etnoconservação* além dos desafios enfrentados pelo movimento ambiental de superação de paradigmas, após a avaliação da adoção dos “velhos”, também deparar-se-á com debates de ordem antropológica, geográfica e sociológica.

Na esfera ambiental há que se reconhecer que as Unidades de Conservação, nome no Brasil dado às áreas protegidas, cumpriram a missão de reservar áreas da especulação imobiliária capitalista, da voracidade deste modo de produção por terras<sup>7</sup>. Para além desse objetivo sua importância é relativa,

---

<sup>7</sup> A Professora Dra. Sueli Ângelo Furlan em seu curso “Biogeografia” sublinhou esta importância.

os territórios destinados à conservação são palco de muitas disputas: juntam-se às questões teóricas e políticas as que se impuseram na relação autoritária com as comunidades locais.

Na esfera social, o reconhecimento do saber, da importância da ciência (não necessariamente racionalista) das populações tradicionais e de seus direitos caminha a passos lentos.

Reflexo deste cenário é o Sistema de Unidades de Conservação<sup>8</sup> do Brasil que prega o ordenamento territorial das áreas protegidas classificando-as em dois grupos: unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral. O termo populações tradicionais é largamente utilizado, porém não há uma definição explícita como há para outros termos como conservação, preservação, manejo, plano de manejo, zoneamento.

A participação das comunidades locais e reconhecimento das populações tradicionais na elaboração das políticas públicas têm ganhado espaço nos fóruns internacionais nos quais o Brasil além de participar tornou-se signatário tais como a Convenção da Diversidade Biológica, o Plano de Ação de Durban, as convenções 107 e 169 da OIT. Dentre os importantes princípios colocados por estes instrumentos destacamos<sup>9</sup> a noção de *autodeterminação dos povos*, a *resistência* diante da colonização, reconhecimento da *posse imemorial* como forma de acesso a terra, *usos tradicionais*, *utilização costumeira de recursos*, *representação na gestão das áreas protegidas*.

A valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria constituir uma das pilstras de um novo conservacionismo nos países do Sul. Criar-se-ia uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local.

Resta-nos ainda uma reflexão: qual a contribuição que a Geografia poderia dar nesse processo de avaliação de modelos adotados pelas políticas públicas na consolidação das Unidades de Conservação em países com tanta diversidade cultural como o nosso?

Várias categorias caras à ciência geográfica foram aqui mencionadas: paisagem, lugar, território. Além destas, a relação sociedade/ natureza é uma preocupação sempre presente no trabalho do geógrafo, acreditamos ser quase uma premissa da Geografia abordar os chamados “problemas ambientais” como integrantes de uma dinâmica social presente em uma determinada época, que forja o espaço. Sociedade e natureza descolam-se no interior da geografia para comporem ao final uma interpretação mais abrangente.

Outras contribuições poderiam ser elencadas como a possibilidade de mediar o diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade<sup>10</sup>, participar de planejamento socioambiental territorial, trabalhar com zoneamento.

Consideramos, no entanto, que talvez as mais importantes contribuições do geógrafo sejam a experiência e a tradição insubstituível do trabalho de campo e, o trabalho de interpretação e ação em diversas escalas diferentes.

A *etnoconservação* como possibilidade nascente de novo paradigma, como método, aplica-se em algumas realidades e escalas. Não poderia ser tomada como universalizante pois incorreria nos

---

<sup>8</sup> SNUC, lei 9985/00.

<sup>9</sup> Para maior aprofundamento sobre os dispositivos legais e a proteção das populações tradicionais consultar: Cavalieri, L. (2004).

<sup>10</sup> Ver Carlos Walter Porto Gonçalves in (Sorrentino, 2001).

mesmos erros cometidos por correntes que menosprezaram realidades locais. As escalas locais e os lugares devem ser observados atentamente.

É crescente o número de povos que se organizam em associações, reivindicam seus direitos e tecem novas territorialidades exigindo do trabalho do pesquisador e das políticas públicas novos mecanismos de compreensão e diálogo. As áreas protegidas não podem mais ser um “não-lugar” e a ação da conservação não pode mais se limitar a poucos, eleitos sujeitos da academia ou da política.

### **Bibliografia Básica**

Boff, L. (2000) *Ecologia Grito da Terra, Grito dos Pobres*. Ed. Ática, São Paulo, SP.

Capobianco (2001) *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, São Paulo, SP.

Cavaliere, L. (2003) *A comunidade caiçara no processo da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*. Tese de mestrado. Departamento de Geografia, USP: São Paulo, SP.

Diegues, Antônio Carlos. (2001) *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Ed. Hucitec, 3ª edição,. São Paulo, SP.

Diegues A. C. (2000) *Etnoconservação – novos rumos para a conservação da natureza*. Ed. Hucitec/Nupaub-USP, São Paulo, SP.

Diegues e Arruda (2001) *Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil*. MMA./USP., Brasília, DF./ São Paulo, SP.

Silva, J. (2001) *Degradação ambiental da Ilha de Deus Recife, uma análise crítica*. Tese de mestrado. Departamento de Geografia, USP: São Paulo, SP.

Sorrentino, M. (2001) *Ambientalismo e participação na Contemporaneidade*. EDUC/ FAPESP. São Paulo, SP.

Viola e Leis (orgs) (1991) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: ed. Fase/Vozes/AIRI/PUC-RIO.